

REPRESENTAÇÕES DOS AFRODESCENDENTES E INDÍGENAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL

Cibele Aparecida Viana¹

Resumo: *A comunicação proposta, inserindo-se no campo de estudos do imaginário histórico, tem como objetivo refletir sobre as representações dos afrodescendentes e indígenas promovidas no ensino de História no Brasil contemporâneo. Pretendemos com isso demonstrar que o ensino de História, de forma majoritária, embasou-se em teorias eurocêntricas que legitimavam mitos de subalternidade. Daí ser fundamental proceder-se a uma crítica de tais imagens estereotipadas sobre os afrodescendentes e indígenas, que tanto reificam as relações de poder vigentes no país.*

Palavras-chave: *Eurocentrismo; representações sociais; imaginário; ensino de História; imagens.*

INTRODUÇÃO:

É de extrema importância estudar os discursos sociais que veiculam nas representações dos livros didáticos, bem como os saberes e valores que desejam socializar. Entender que tipo de representações os livros didáticos transmitem aos seus consumidores ajuda a compreender a concepção de mundo que se deseja disseminar e como essas representações constroem outras representações na e sobre a sociedade.

As representações do mundo social [...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, s.d. p. 17).

O livro didático é, sem dúvida, um objeto cultural condicionado pois, é produzido sob a demanda das políticas educacionais vigentes, das pressões do mercado editorial e das orientações conceituais e metodológicas de autores e pesquisadores, acadêmicos ou não. Ou seja, pesa sobre o livro didático uma série de fatores que exercem pressão e influenciam na sua produção, distribuição, consumo e utilização didática.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: cibeliouro@yahoo.com.br

Analisando como os africanos, afrodescendentes e indígenas são representados na coleção “Projeto Mosaico”, tentarei demonstrar como essas representações podem construir um imaginário distorcido e direcionado dessas populações. Esta interpretação ficará restrita a interrelações históricas vivenciadas por esses grupos no contexto da sociedade/nação brasileira.

REPRESENTAÇÕES AFRO-DESCENDENTES E INDÍGENAS

O livro *Projeto Mosaico*, da coleção História, foi lançado em 2015, pela editora Scipione cujo autores são Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino. Nesta coleção as diversas temáticas históricas, abarcando a experiência sociocultural humana, encontram-se agrupadas em módulos ao longo dos quatro volumes, por critérios geográficos e temporais, numa perspectiva linear-processual (na imbricação de dinâmicas de permanência, na qual perduram implicitamente um viés civilizatório, com uma atenção a descontinuidades, entendidas como irrupção do novo e/ou quebra do antigo). Dessa maneira, cada tópico dos módulos procura interligar sequencialmente os acontecimentos históricos, elegendo como critério para esta inter-relação a dinâmica europeia. Com isso, a história da África, dos afrodescendentes e dos povos ameríndios é distribuída ao longo dos módulos em ligação direta com o seu contato com a civilização europeia.

Aprender História é um rico caminho para desenvolver o senso crítico, a capacidade de análise e entendimento, a valorização dos legados culturais e a percepção das permanências e mudanças presentes nas diferentes sociedades ao longo do tempo.

Nesta coleção você vai conhecer sujeitos, lugares, períodos, investigações, processos e eventos históricos do Brasil e de diversas regiões do mundo, desde os primórdios da humanidade até os dias atuais. [...] (VICENTINO; VICENTINO, 2015. 6º ano. p. 3).

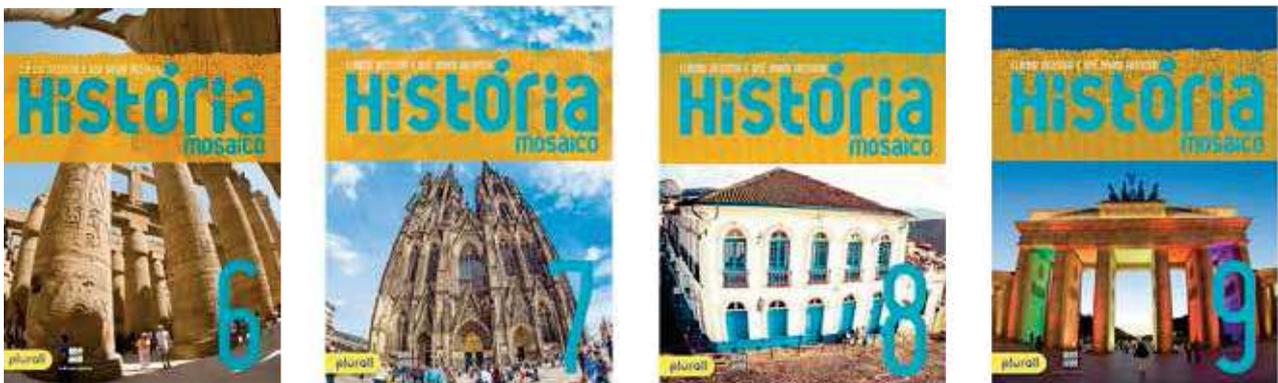


Fig. 1 – Livro do 6º, 7º, 8º e 9º anos da coleção “Projeto Mosaico”.²

² Imagem disponível em: <<https://www.saraiva.com.br/projeto-mosaico-historia-6-ano-9386427.html>>. Acesso: 27 fev. 2018.

O livro do 6º ano comporta c 17 capítulos, divididos em 8 módulos, cada um dos quais contendo 2 ou 3 capítulos. Sua temática estende-se por uma periodicidade iniciada com o surgimento dos primeiros agrupamentos humanos até a queda do Império Romano do Ocidente. Sua ótica transversal, expressa pela concentração das interpretações em determinados capítulos e pela própria opção ilustrativa da capa, prioriza claramente as noções de Antiguidade, escrita, civilização, Estado, legado cultural:

Com relação às representações indígenas abordadas neste volume, podem ser destacados os seguintes aspectos:

1. O capítulo 4 é dedicado integralmente ao estudo dos povos indígenas no território brasileiro. Neste capítulo, os autores chamam a atenção para a diversidade étnica e cultural desses povos. Há uma efetiva preocupação em evitar-se estereótipos, através do realce das características singulares (por vezes, associando-as ao processo histórico de sua configuração), sem inculcar no aluno a noção do exótico. A passagem abaixo, da seção “Fique Ligado”, chama a atenção para o olhar do colonizador sobre os costumes dos habitantes do continente brasileiro, no qual figura a visão durante muito tempo veiculada desses povos como “atrasados, bárbaros”. Embora a intenção seja destacar o preconceito do colonizador, é importante salientar que a análise feita pelos autores somente incute a noção de que os índios simplesmente foram subjugados sem nenhuma resistência, assimilando totalmente os novos costumes trazidos pelos europeus.

No século XVI, o cronista português Pero de Magalhães Gândavo escreveu o seguinte sobre a língua indígena: “[...] carece de três letras [...], não se acha nela F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei [...].”

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. História da Província de Santa Cruz. Tratado da Terra do Brasil. Brasil, São Paulo: Obelisco, 1964. p. 54. Texto adaptado.

Esta crítica à língua indígena feita por um cronista e gramático português desconsidera não apenas a língua, mas também crenças, costumes, e organização social simplesmente por serem diferentes da cultura dos colonizadores portugueses. Essa e outras visões justificaram as ações dos colonizadores e religiosos para que os indígenas abandonassem seus costumes e práticas culturais e se adequassem ao modelo cultural europeu (VICENTINO; VICENTINO, 2015, 6º ano. p. 60).

2. Em contrapartida, as ilustrações, que em sua maioria acompanham com o texto, apresentam aspectos que retratam a cultura desses povos de forma exótica, dando margem à reafirmação de preconceitos que devem ser evitados. Um exemplo é a gravura reproduzida a seguir a partir dos relatos do viajante alemão Hans Staden,

mas cujos traços foram promovidos pelo belga Theodor de Bry, que nunca esteve no Brasil. O texto procura explicar o ritual antropofágico de maneira a vinculá-lo como uma prática inserida no imaginário étnico-cultural, explicando o seu significado, mas o recurso à imagem causa um certo estranhamento e um impacto negativo ao reforçar padrões de interpretação dos povos indígenas como “bárbaros” ou “atrasados”.

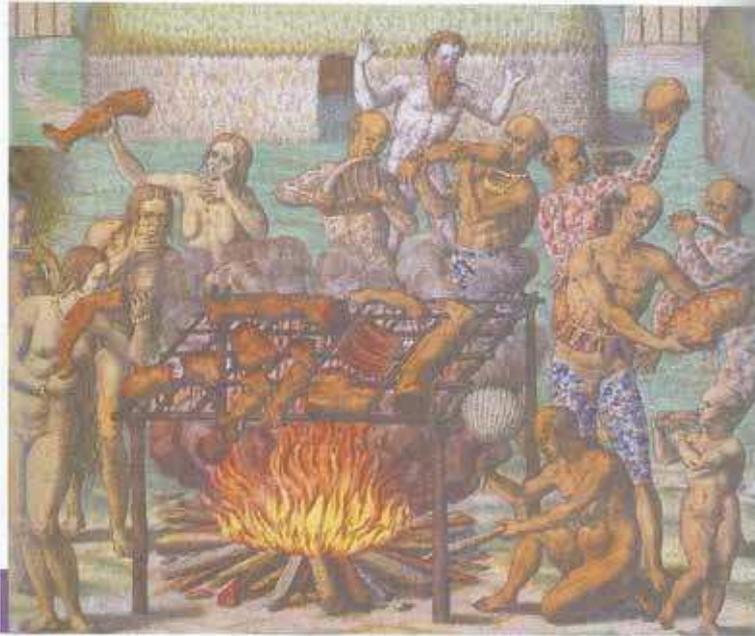


Fig. 2 - “Em 1548, o viajante alemão Hans Staden teve contato com os indígenas da nação tupinambá e presenciou um ritual antropofágico” (VICENTINO; VICENTINO, 2015. 6º ano. p. 61).

3. As atividades propostas aos alunos priorizam a problematização de questões cruciais para a história dos indígenas ontem e hoje, como, por exemplo ao abordarem a invasão de suas terras. Aqui, também é conferido um grande espaço aos aspectos culturais desses povos.
4. As orientações para o professor, contidas no Manual do Professor, disponível somente no volume dedicado ao docente, procuram fornecer suporte documental, temático e pedagógico para um tratamento diversificado dos tópicos do capítulo, a critério do educador. Assim, na seção “Conheça mais” relativa ao capítulo 4, através do texto “O quarup: uma festa no Xingu” (VICENTINO; VICENTINO, 2015. 6º ano, p. 64-65), é sugerido ao professor que proceda a uma interpretação comparativa, ligando elementos presentes naquela cultura indígena e a do aluno. Com essa estratégia, espera-se que o aluno perceba o que há de universal e o que há de particular nas diferentes culturas, privilegiando uma visão multicultural.
5. Já com relação à história e à cultura dos grupos e povos afrodescendentes, em sua remissão direta à América Portuguesa, o livro de 6º ano não procede a uma abor-

dagem específica. Ele concentra-se, no capítulo 7, a reconstituir a historicidade dos povos africanos na Antiguidade.³

Quanto ao livro do 7º ano, ele abarca 17 capítulos, divididos em 8 módulos. Cada um dos quais contendo 2 capítulos. Sua periodicidade estende-se do período medieval a todo período colonial na América Portuguesa (séculos XVI ao XVIII). Face a tal recorte cronológico, é recorrente a presença de africanos, afrodescendentes e indígenas, continuamente relacionada à questão do trabalho e das relações de poder. Sobre tais representações, é possível constatar:

1. As imagens, em sua maioria, retratam a incorporação forçada e violenta da população indígena nativa no território ocupado pelos portugueses, bem como de povos africanos, como lucrativa mão de obra de variadas atividades socioeconômicas, a exemplo do escambo, das produções agrárias, da extração mineral, dos mais diversos serviços domésticos e urbanos, vinculando diretamente tal espoliação à lógica mercantil, numa dinâmica própria à economia europeia. Tal inserção alterava profundamente não apenas as condições sociais de vida (e o exercício da liberdade) de tais grupos, como igualmente violava suas identidades culturais, como retratado na seção reproduzida abaixo:



Fig. 3 – “O menino Eugén Keller com sua ama de leite. Pernambuco, 1874”
(VICENTINO; VICENTINO, 2015, 7º ano, p. 197).

Simultaneamente, este livro didático busca problematizar e complexificar tais relações, a exemplo do promovido na seção “Fique Ligado”, na qual é reproduzida uma imagem de 1556, tematizando a prática do escambo. A seção questiona a visão europeia, que rotulava como absurda a postura dos indígenas em aceitar trocar o pau-brasil por mercadorias menos valiosas: “Aos olhos dos europeus, parecia um disparate que os povos nativos aceitassem objetos de tão pouco valor em troca de objetos valiosos para a Europa, como o pau-brasil. Mas essa troca, aos olhos dos

³ Este capítulo se intitula “África Antiga: Diversidade Povos e Reinos”. Sua análise não está sendo aqui promovida por esta dissertação atre-se às interrelações entre o nacional, o étnico e o intercultural no Brasil.

indígenas, seria mesmo um disparate? [...] Não ocorria a eles próprios questionarem se, para os nativos, o seu comportamento também não poderia ser visto como tolo e sem sentido? [...]” (VICENTINO; VICENTINO, 2015, 7º ano, p. 208). Os autores também procuram apresentar releituras a respeito de interpretações errôneas sobre as populações indígenas. No tópico “A utilização da mão de obra indígena”, é registrado que durante muito tempo a historiografia possuía uma visão distorcida a respeito da resistência indígena em relação ao trabalho desses grupos na produção açucareira: “Historiadores do passado explicaram essa mudança (da mão de obra indígena pela africana nos canaviais) dizendo que os índios eram ‘preguiçosos e indolentes’ e por isso não se adaptavam ao trabalho nos engenhos. Essa explicação revela preconceito contra os povos indígenas e desconhecimento de sua cultura. Convém lembrar que, na tradição dos grupos indígenas que praticavam a agricultura, o plantio era feito para a sobrevivência da comunidade, e não para a obtenção de lucros. Para o indígena, portanto, parecia inútil plantar grandes quantidades” (VICENTINO; VICENTINO, 2015, 7º ano, p. 284).

2. O texto didático, de forma concomitante, destaca também as diversas formas resistência africanas e afrodescendentes, tanto individuais, (como em serviços para auferir algum ganho próprio, a fim de adquirir a alforria), quanto coletivas, a exemplo da formação dos quilombos. As atividades propostas aos estudantes e algumas seções, como o tópico “Ponto de encontro” (VICENTINO; VICENTINO, 2015, 7º ano, p. 268), procuram apresentar ao aluno expressões significativas da cultura africana, na perspectiva de desconstruir a noção de uma África atrasada. Ao apresentar o continente em sua diversidade cultural, o livro didático intenciona chamar a atenção para a incidência africana nas demais culturas, embora esta seja, em sua grande parte, invisibilizada até a atualidade.

Logo, é visível o propósito dos autores em atender as novas exigências legislativas e conferir maior relevância aos grupos africanos, afrodescendentes e indígenas. O argumento/ hipótese principal deste volume é que tais grupos, em termos históricos, contribuíram efetivamente para a constituição social da nacionalidade brasileira, a partir de suas expressões étnico-culturais:

Durante as festas de Natal ou de Reis, por exemplo, começaram a ser encenados pequenos autos que representavam a morte e a ressurreição de um Boi. Essas encenações foram provavelmente criadas pelos jesuítas para explicar aos indígenas e africanos o conceito de ressurreição, tão importante na fé católica. Aos poucos, essas encenações foram incorporando elementos trazidos pelos escravos (como o zabumba e o ganzá, instrumentos musicais de origem africana) e indígenas (como suas danças, ritmos e adereços). Essa prática deu origem a um folguedo popular que se espalhou por todo o Brasil, recebendo diferentes nomes: Bumba Meu Boi (Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas e Piauí),

Boi Bumbá (Pernambuco), Boi de Mamão (Santa Catarina e Paraná), entre outros (VICENTINO; VICENTINO, 2015, 7º ano, p. 288).

No tocante ao livro do 8º ano, a periodicidade se estende dos movimentos emancipatórios coloniais e liberal-constitucionalistas europeus, no final do século XVIII até a expansão dos imperialismos, no século XIX, com a disposição do Brasil nesta geopolítica.

Podem ser realçados os seguintes aspectos da abordagem didática aí promovida quanto às representações afrodescendentes e indígenas no Brasil:

1. Africanos e afrodescendentes novamente aparecem em sua relação direta com o trabalho associado à dinâmica mercantil, seja na lavoura, na mineração ou nas atividades urbanas. A imagem reproduzida a seguir retrata escravos provavelmente alugados pelos seus senhores ao poder público, trabalhando no calçamento de rua. A imagem, com o texto que a acompanha, reafirma a subordinação dos segmentos afrodescendentes escravizados a seus proprietários jurídicos, numa afrontosa relação de domínio que permeou o sistema escravista.



Fig. 4 - Escravos trabalhando no calçamento de rua. Gravura de de 1839, de Debret.
(VICENTINO; VICENTINO, 2015, 8º ano, p. 146).

Também no texto da seção “Conheça Mais”, intitulado “Os Voluntários da Pátria”, essa relação de dominação é mais uma vez afirmada, através do relato do alistamento “voluntário” de escravos no lugar de seus senhores, os quais, desta forma, além de se livrarem da obrigação de integrar o exército, ainda recebiam indenização do Estado (VICENTINO; VICENTINO, 2015, 8º ano, p. 288).

2. O movimento antiescravista no Brasil é abordado no capítulo que tematiza o fim da monarquia. Novamente na seção “Conheça Mais”, o livro, em concordância com as atuais diretrizes curriculares e a historiografia contemporânea, destaca a parti-

cipação de intelectuais negros nessas atividades, no esforço por demonstrar o engajamento ativo dos segmentos libertos e livres nesta prática de transformação das relações socio-jurídicas: “[...] As conferências abolicionistas eram geralmente proferidas por um intelectual negro (como o jornalista José do Patrocínio ou o médico Vicente de Souza) e seguida de espetáculos teatrais ou apresentações musicais. As matineés, que aconteciam sempre nas tardes de domingo, eram programas familiares frequentados por diversos grupos sociais, inclusive escravizados. [...]” (VICENTINO; VICENTINO, 2015, 8º ano, p. 300).

3. O material didático, através principalmente das atividades propostas aos alunos, busca traçar interrelações com o presente histórico, mediante situações consideradas como decorrência de tal contexto de espoliação e discriminação étnico-social. Assim, por exemplo, no tópico “Trabalhando com Documentos”, é apresentada uma matéria escrita em 2008, pelo jornalista Mário Magalhães, que investiga as condições de vida e o trabalho dos cortadores de cana no interior de São Paulo. O artigo intitula-se “Vestígios arcaicos”, e o intuito de sua inclusão no livro é, obviamente, chamar a atenção para a semelhança entre as condições sociais e de trabalho dos cortadores de cana da atualidade e as situações em que viviam os escravos afrodescendentes no passado. Tais imbricações pautam-se, inclusive, no emprego do vocabulário: “[...] É como se estatuto e cultura escravista teimassem em permanecer, assim como um pé de cana se agarra ao solo e por vezes rende dez safras. “ Já conversei com o meu feitor”, diz um canavieiro, sobre a autorização para que ele fosse fotografado para a reportagem (pedido negado)”. O meu feitor é bom comigo”, concede outro. [...]” ((VICENTINO; VICENTINO, 2015, 8º ano p. 313). Já a seção “Lendo Imagem”, evoca dois momentos distintos da prática da capoeira. Assim, ela coteja uma litografia de Johann Moritz Rugendas, 1835, e uma fotografia do cotidiano na cidade de Salvador, de 2014: “Sendo uma prática genuinamente brasileira com fortes raízes africanas, a capoeira ganhou impulso no Recôncavo Baiano e em diversas outras regiões escravistas do Brasil na época colonial e imperial [...]” ((VICENTINO; VICENTINO, 2015, 8º ano p. 314).
4. As populações indígenas foram parcamente mencionadas neste volume, mas de forma a associá-los como sujeitos ativos, em práticas de resistência revolta coloniais (VICENTINO; VICENTINO, 2015, 8º ano, p. 66).

Por fim, no concernente ao 9º ano, o livro compreende o recorte temporal do século XX à contemporaneidade. Sobre as representações acerca dos afrodescendentes e indígenas, podemos mencionar:

1. A preocupação em discutir a questão da identidade étnica em tempos de modernidade. Assim, a seção “Trabalhando com Documentos” traz a fotografia de um índio da etnia Paresi usando um celular durante o XII jogos dos povos indígenas (2013). Essa imagem, que retrata o índio em suas vestes tradicionais e com aparelho celular,

é acompanhada pela interrogação acerca de ser possível a um povo manter suas tradições e, ao mesmo tempo acompanhar o desenvolvimento tecnológico do mundo contemporâneo (VICENTINO; VICENTINO, 2015, 8º ano, p. 21). Essa atividade, ao “ligar” passado e presente, possibilita que se questione a visão ainda comum dos povos nativos como daqueles que vivem na “selva”, de maneira exótica, sem direito a incorporar à sua cultura a modernização a que outros povos têm acesso, mas por processos e escolhas de sua própria condução.

2. Outro realce trabalhado pelo texto didático, em afinidade com as produções historiográficas mais recentes, é a de conferir visibilidade à presença e à história dos povos indígenas no Brasil, inclusive no século XX e na atualidade. E, mais do que isso, além de atentar para seu reconhecimento como sujeito social, urge, conforme sugerido pelo livro, questionar sua condição jurídica de cidadania tutelada ou incapaz. Um exemplo desta análise encontra-se na seção “Conheça Mais”, junto ao texto “Sociedades indígenas no início da República”, que através de imagens expressivas desse assujeitamento político e social (acompanhado pela coerção militar), interroga ao estudante se também ele considera os indígenas como povos que precisam de um direcionamento para que se torne civilizado (VICENTINO; VICENTINO, 2015, 8º ano, p. 70).



Fig. 5 - “Catequese na Missão do Ribeirão das Marrecas, no estado de São Paulo, em 1914”
(VICENTINO; VICENTINO, 2015, 8º ano, p. 95).



Fig. 6 - 1928, Cândido Rondon com população indígena da fronteira entre o Brasil e o atual Suriname
(VICENTINO; VICENTINO, 2015, 8º ano p. 95).

3. O livro várias vezes propõe uma articulação presente e passado (permanências de uma desigualdade e de uma injustiça social, mas em suas distintas expressões, inclusive na sua diversidade histórica), através de imagens e outras expressões culturais, mas sem recair-se no anacronismo. Assim, por exemplo, o livro sugere a interpretação da música Analise uma Letra de música “O Mestre Sala dos Mares”, de João Bosco e Aldair Blanc, produzida na década de 1970, em homenagem a João Cândido, líder da Revolta da Chibata (VICENTINO; VICENTINO, 2015, 8º ano p. 95). A interpretação da música, composta durante a ditadura militar, revela como uma experiência histórica, ocorrido em época diversa da composição, foi acionada para sugerir uma reflexão acerca da luta contra a opressão. Nisso, o livro também suscita um debate sobre as formas de resistência comunitária afrodescendente no período pós-abolição.

CONCLUSÃO:

Ao nos debruçarmos sobre os fragmentos e imagens retirados da coleção analisada podemos chegar a conclusão que sobre as representações das populações negra, afrodescendentes e indígenas ainda é preponderante a visão eurocêntrica da História.

Ao longo da História a ideia de raça, como salienta Anibal Quijano, foi um instrumento utilizado para justificar a dominação e essa “tática” ainda em uso é colocada em prática para justificar o processo de dominação entre a sociedade dita “moderna” e a “atrasada” ou na classificação de hoje os de “primeiro mundo” e os da “periferia”.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus..[...]. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO In: LANDER, 2005, p. 107-108).

Essa ruptura da hegemonia da visão eurocêntrica vem sendo constantemente questionada e o Ensino de História possui um papel importante, ao proceder de maneira crítica frente às permanências e construir junto ao corpo discente a quem é direcionado o produto denominado Livro didático alternativas que busquem evidenciar o que está subtendido nas interpretações que o mesmo contém. O ensino se transforma em uma ferramenta que possibilita a prática sociopolítica transformadora baseado nas realidades, subjetividades, histórias e lutas das pessoas, vividas num mundo regido pela estrutura colonial.

[...] Pedagogias entendidas de maneira múltipla: como algo dado e revelado; [que faz] abrir caminho, transpassar, interromper, deslocar e inverter práticas e conceitos herdados, estas metodologias psíquicas, analíticas e organizacionais que usamos para saber o que cremos que sabemos, para tornar possível conversas e solidariedades diferentes; [...] Pedagogias [que] convocam conhecimentos subordinados, produzidos no contexto de práticas de marginalização, para poder desestabilizar as práticas existentes de saber e assim cruzar os limites fictícios de exclusão e marginalização (JACQUI *apud* WALSH, 2009, p. 26).

REFERÊNCIAS:

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, s.d.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais*. Perspectivas Latino-americanas. Argentina . Clasco: 2005.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. *Projeto Mosaico*. São Paulo: Scipione, 2015. Imagem disponível em: <<https://www.saraiva.com.br/projeto-mosaico-historia-6-ano-9386427.html>>. Acesso: 27 fev. 2018.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial. In: CANDAU, Vera Maria (org). *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.